COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 390, de 2024

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para aumentar a eficácia da retirada de conteúdo ilícito da Internet e aumentar a pena dos crimes previstos nos arts. 138, 139, 140, 171, 218-C, 298, 299, quando praticados com a manipulação e alteração de imagens, vídeos, sons e voz.

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 171 do Decreto-lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, alterado pelo art. 2º do substitutivo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 171
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
§ 2°

Viabilização da utilização de contas bancárias por terceiros para o cometimento de fraude

VII – abre ou mantém conta em instituição financeira, instituição de pagamento, ou assemelhadas, para ceder o acesso oneroso ou gratuito a pessoa ou organização criminosa que atua para desviar recursos financeiros por meio de fraudes contra consumidores, ou para triangular e ocultar valores obtidos por meio de golpes e fraudes, se o fato não constituir crime mais grave."

Fraude eletrônica

§ 2°-A. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos, envio de correio eletrônico fraudulento, duplicação de dispositivo eletrônico ou aplicação de internet, manipulação de vídeo, imagem ou voz, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

Estelionato contra idoso ou vulnerável

- § 4º Aplica-se a pena em dobro se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável.
- § 4°-A. Para efeito do disposto no § 4° deste artigo, considerase vulnerável o menor de 14 (catorze) anos ou aquele que, por





enfermidade	ou	defic	iência	ment	al, ı	não	tem	o r	1ecessá	irio
discerniment	o pa	ara a	prátic	a do	ato,	ou	que,	por	qualq	uer
outra causa, não pode oferecer resistência.										
		•							11 /NI	

......" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Cumprimentamos o ilustre relator pelos importantes aperfeiçoamentos feitos no projeto de lei em questão e que merecem todo o nosso apoio.

De fato, as fraudes eletrônicas se tornaram um dos principais males deste país. Os cybercriminosos encontram em nossa legislação branda escudo para a prática que, segundo jornais recentes, promovam perdas da ordem de R\$ 71 bilhões por ano.

Um dos mecanimos mais utilizados pelos fraudadores passa pela abertura de contas "laranja", crime para o qual não existe ainda tipo penal. Por isso, entendemos pertinente ao relator analisar a possibilidade de inclusão desse novo tipo penal para aumentar a eficácia no combate aos criminosos.

Nossa emenda visa também aperfeiçoar o texto incluindo as expressões "duplicação de dispositivo eletrônico ou aplicação de internet" para englobar a "clonagem" de dispositivos, prática bastante utilizada pelos delinquentes virtuais.

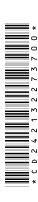
Ao mesmo tempo, adicionar maior severidade aos casos nos quais as vítimas são pessoas idosas ou vulneráveis, justamente aquelas que mais têm sido o foco dos criminosos.

Esperamos com isso contribuir com os ilustres autor e relator para que tenhamos uma legislação moderna e suficiente para lidar com a questão.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2024.

Deputada RENATA ABREU





Apresentação: 12/11/2024 15:36:42.747 - CCJC ESB 2/2024 CCJC => PL 390/2024 ESB n.2/2024

Podemos-SP



